

Relatório de Sistematização do Seminário Internacional Boas Práticas do Programa Escola Aberta



“É uma satisfação ver um programa da UNESCO ser transformado em política pública e se tornar um exemplo a ser seguido por outros países do mundo”.

Marlova J. Noleto

“O Escola Aberta não é só mais um programa. Trata-se de um programa importante conforme muitos pontos de vista”.

Ernesto Rodríguez

Introdução

No dia 12 de maio de 2015 foi realizado, em Brasília, o Seminário Internacional Boas Práticas do Programa Escola Aberta, organizado pelo setor de Ciências Humanas e Sociais da Representação da UNESCO no Brasil. O objetivo do encontro foi compartilhar experiências bem-sucedidas, inspiradas na metodologia do Programa Escola Aberta e desenvolvidas em países latino-americanos.

O evento teve início com a sessão inaugural presidida por Lucien Muñoz, representante da UNESCO no Brasil, que saudou os participantes, apresentou os objetivos do Seminário Internacional e ressaltou a importância do encontro. Posteriormente, teve início a primeira parte do Seminário: uma palestra de apresentação sobre o surgimento do Programa Escola Aberta e a descrição dos seus principais resultados. Na segunda parte, especialistas convidados realizaram palestras que descreveram a

influência do Programa nas políticas públicas de educação integral. Logo depois, foi aberto um espaço para debate.

Durante a terceira parte do evento, os palestrantes detalharam as experiências internacionais com base no modelo Escola Aberta, na Guiné-Bissau, no México, em outros países da América Central, além de na Argentina, no Uruguai e no Paraguai. Por último, abriu-se uma mesa de debate que foi concluída com uma fala da diretora da Área Programática da UNESCO no Brasil, Marlova J. Noleto, que encerrou o evento.

O presente Relatório busca sistematizar os resultados do Seminário, concentrando-se nas experiências internacionais compartilhadas, nas contribuições dos especialistas convidados e nas reflexões sobre o Programa Escola Aberta.

I. Surgimento, resultados e lições aprendidas do Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz ou Programa Escola Aberta

Marlova Jovchelovitch Noletto

diretora da Área Programática da UNESCO no Brasil

No ano de 1997, a Representação da UNESCO no Brasil realizou várias pesquisas sobre juventude, violência e cidadania, que revelaram resultados interessantes. Entre eles, destacou-se a multiplicidade de fatores que incide na manifestação da violência, especialmente entre jovens em situação de vulnerabilidade provenientes de famílias de baixa renda. Verificou-se que, nos fins de semana, ocorre um aumento de 68,2% de atos violentos entre os jovens¹, e que eles são os principais envolvidos em mortes violentas, como vítimas ou como agressores. Além disso, os jovens também são afetados pela dificuldade de entrar no mercado de trabalho, o que se traduz em uma situação de exclusão social.

Com base na análise desses resultados, no ano de 2000, o Ano Internacional da Cultura de Paz, foi lançado o Programa Abrindo Espaços, com a ideia de abrir as escolas nos finais de semana, oferecendo aos jovens e a suas comunidades opções de arte, cultura, esportes e lazer.

A abertura das escolas aos sábados e domingos trouxe uma série de oportunidades e desafios. Apesar de o Programa contar com a infraestrutura das escolas, abrir suas portas nos finais de semana **significava assumir a responsabilidade de cuidar dos equipamentos e de transformá-los em espaços de aprendizagem**. Portanto, foi fundamental envolver e mobilizar a comunidade trazendo-a para a escola, de modo que fosse responsável por ela nos finais de semana. **Era necessário unir esforços entre a comunidade, a escola e os jovens, para melhorar os indicadores de violência**.

Nesse sentido, uma das principais características do Programa é a interdependência de seus protagonistas: os *jovens*, a *escola* e a *comunidade*. As atividades desenvolvidas na escola são abertas para toda a comunidade, o que permite melhorar a qualidade das relações entre professores, alunos e suas famílias, assim como estimular a interação desses atores.

Por outro lado, existem alguns fatores que permitem a replicabilidade do Programa, e um dos principais é o *baixo custo*: o custo médio mensal por aluno varia entre US\$ 1 e 2. Pesa positivamente ainda o fato de a estratégia do Programa ter como base a *autonomia gerencial*, o que significa que pode ser adaptada considerando o capital social existente nas comunidades e os recursos financeiros disponíveis para assegurar sua sustentabilidade. Essa flexibilidade possibilita a sua implementação em larga escala e, por sua vez, permite à UNESCO cumprir uma de suas principais funções: a *transferência de conhecimento*. Essas características permitiram que o Programa fosse replicado em países tão diversos como

¹ A partir daqui, ao se referir a "jovens e crianças", incluem-se os sexos masculino e feminino.

Argentina, Honduras, El Salvador, Guatemala, República Dominicana, México, Uruguai, Paraguai etc.

As avaliações realizadas ao longo dos anos mostraram que, em geral, o Programa foi capaz de reduzir o envolvimento de jovens em atos de violência na medida em que favoreceu a criação de estratégias que estimulam a convivência pacífica de jovens de diferentes grupos, dentro ou fora da escola; da mesma forma, o Programa contribuiu para a redução das taxas de abandono escolar.

Especificamente, a avaliação de impacto realizada no Programa, em 2003, em São Paulo, mostrou que atos considerados como "indisciplina" foram reduzidos em 46,5%, e as atividades criminais, em 45,5%. Por outro lado, no Rio de Janeiro, constatou-se que 82% dos educadores e 70% dos alunos acreditavam que a abertura das escolas ajudou a pacificar o ambiente escolar. Essa mesma pesquisa mostrou que, após um ano, as primeiras escolas a participar do Programa em 2000 apresentavam índices de violência 31% mais baixos do que as escolas que ainda não faziam parte da implementação.²

As pesquisas também revelam que o ambiente escolar se tornou mais acolhedor, menos violento e mais próximo das famílias; temas extracurriculares como *direitos humanos*, *tolerância*, *ética* e *cultura de paz* passaram a fazer parte das atividades curriculares e extracurriculares. Em termos de *comunidade*, foi possível obter uma maior abertura para os jovens e suas necessidades, e uma maior participação de seus membros na vida escolar. Outros ganhos foram o fortalecimento do companheirismo e da solidariedade entre os jovens, professores e a comunidade, o que abriu caminhos para o diálogo, a tolerância e o respeito à diversidade.

Devido ao seu sucesso e ao seu potencial transformador, em 2004, a metodologia do Programa Abrindo Espaços foi adotada pelo Ministério da Educação (MEC), sendo a primeira vez em que um programa da UNESCO no Brasil se tornou política pública nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Atualmente, mais de 4 mil escolas em todas as regiões do Brasil abrem nos finais de semana, o que beneficia aproximadamente 4 milhões de pessoas.

No ano de 2008, a Representação da UNESCO no Brasil, em cooperação com o setor privado, apresentou uma coleção de sete publicações com os seguintes objetivos: a) disseminar as bases institucionais e teóricas do Programa Abrindo Espaços; b) fornecer orientações para professores e outros profissionais na área de educação, para a sua implementação;

² Programa Abrindo Espaços em São Paulo (Escola da Família); ABRAMOVAY, M. et al. *Escolas de paz*. Brasília: UNESCO, 2001; WASELFSZ, J. J.; MACIEL, M. *Revertendo violências, semeando futuros*: avaliação de impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Brasília: UNESCO, 2003.

c) realizar um balanço do desenvolvimento do Programa desde o seu início, no ano de 2000; e d) destacar casos de escolas que influenciaram positivamente as suas comunidades.

Do mesmo modo, a fim de expandir internacionalmente o Programa, a Representação da UNESCO no Brasil prestou cooperação técnica para países como Honduras, Nicarágua, El Salvador, República Dominicana e Guiné-Bissau para desenvolver o Abrindo Espaços nessas diferentes realidades.

Ao longo dos anos de implementação do Programa, as experiências acumuladas pela equipe de trabalho deixaram importantes lições: o Programa reflete o papel bem-sucedido da UNESCO como laboratório de ideias; as características de sua estratégia o tornam replicável em diferentes contextos; o trabalho na educação não formal foi importante como complemento dos esforços investidos na educação formal; e o trabalho conjunto entre os setores de Educação, Ciências Sociais e Cultura, dentro da UNESCO, tem sido fundamental para o sucesso do Programa.

Julio Jacobo Waiselfisz

coordenador da área de estudos sobre a violência da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO)

O Programa Escola Aberta começou com a prática e, a partir dela, foi construída a teoria. Ele provou ser uma lição de como realizar projetos no Brasil.

Desde o seu início, ele se concentrou em três aspectos. Em primeiro lugar, ocorreu um diálogo entre a *teoria* e a *prática*. Em segundo lugar, ele ajudou a construir a categoria *juventude* nas políticas públicas, já que, neste momento, ninguém falava sobre isso. Em terceiro lugar, a Escola Aberta foi caracterizada como poder da *imaginação*.

No Brasil, quando se fala de *juventude*, também se fala de *violência*. Entre 1980 e 2012, registrou-se um total de 1.202.245 pessoas que foram vítimas de violência, dos quais 53% eram jovens. Nesse mesmo período, foram registrados 33,4% de um total de 1.041.335 vítimas de acidentes de trânsito, que também eram jovens. Uma porcentagem semelhante (33%) foi encontrada entre as 216.211 pessoas que se suicidaram entre esses anos. Somente em 2012, foram registrados no Brasil 56.377 homicídios, número maior do que as 37.992 mortes que aconteceram em 40 conflitos armados em todo o mundo.³

No entanto, não é qualquer um que morre no Brasil. Em 2012, ocorreram 1.750 homicídios de jovens negros de 20 anos, em comparação com 544 homicídios de jovens brancos do mesmo grupo etário.

Diante dessa problemática, em 1998, a Representação da UNESCO no Brasil iniciou um ambicioso programa de pesquisas com foco na juventude. Assim, até o ano de 2000 já haviam sido elaborados e divulgados: a) a coleção “Juventude, violência e cidadania”, com cinco

estudos realizados em Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro e Fortaleza; e b) dois mapas da violência em 1998 e 2000 – a série chamada “Os jovens do Brasil” e o estudo “Gangues, galeras, *rappers* e chegados”.

Os resultados dessas pesquisas revelaram que o Brasil era um dos países mais violentos do mundo, que os jovens eram os principais protagonistas e vítimas da violência homicida, e que existia uma forte tendência à consolidação histórica de níveis de homicídios inaceitáveis. Além disso, foi identificado que, nos finais de semana, os índices de violência aumentavam em torno de 80%, o que sustenta a afirmação de que a relação entre o tempo de lazer e a delinquência é muito estreita para os jovens.

O início do Programa Escola Aberta ocorreu no ano de 2000, após discussões e negociações com as secretarias de Educação e organizações da sociedade civil (OSCs) de Pernambuco, estado em primeiro lugar no número dos homicídios de jovens no “Mapa da violência”, e do Rio de Janeiro, em segundo lugar nesse Mapa.

No Rio de Janeiro, entre 2000 e 2001, foram implementadas 111 Escolas da Paz e, em Pernambuco, foi aberta a primeira experiência de Escola Aberta, chegando-se a abrir 400 escolas entre 2000 e 2003.

Em 2003, foi publicada uma avaliação de impacto do Programa com o título “Revertendo violências, semeando futuros: avaliação de impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco”. Um dos resultados foi que o índice geral de violência (IGV) das escolas que aderiram ao Programa em 2000 foi inferior ao das escolas que aderiram em 2001. Especificamente no caso de Pernambuco, o índice foi significativamente menor do que no caso das escolas que foram inauguradas em 2002. Com isso, confirmou-se o efeito positivo e significativo da implementação do Programa, assim como a importância de sua continuidade nos contextos mencionados.⁴

As Escolas Abertas eram um espaço onde surgia a *imaginação*. Eram a “ilha da fantasia”, onde tudo podia acontecer. Dos próprios jovens, nasceram iniciativas como as aulas de capoeira, em 2002, e as aulas de informática, em 2003, para as quais eles mesmos providenciaram computadores e internet gratuita, após algumas negociações. Houve até um Sindicato de Escola Aberta, que era formado por um grupo de jovens voluntários que se reuniam para apoiar a comunidade em diversas circunstâncias.

Ernesto Rodríguez

coordenador-geral do Centro Latino-americano de Juventude do Uruguai

As Escolas Abertas não são apenas um programa – trata-se de uma experiência-chave em muitas políticas educativas e da juventude, assim como na prevenção da violência e na segurança pública.

³ Programa de Dados de Conflito Uppsala (UCDP). UPPSALA UNIVERSITET. Department of Peace and Conflict Research. *UCPD Datasets*. Disponível em: <<http://www.pcr.uu.se/research/ucdp/datasets/>>.

⁴ WAISELFSZ, J. J.; MACIEL, M. *Revertendo violências, semeando futuros*, 2003, op. cit.

Como todas as políticas públicas, as Escolas Abertas foram registradas em um contexto determinado. Por um lado, a segurança pública e a violência se tornaram os principais problemas percebidos pela opinião pública e são as prioridades de trabalho em quase todos os países da América Latina.

Por outro lado, enquanto no século passado existia uma escassez de recursos em educação, até agora, neste século, ocorreu um aumento importante no orçamento para atender a esse tema. No entanto, na maior parte dos casos, isso aconteceu sem mudanças nos modelos pedagógicos e nas políticas educativas.

Outro dado de contexto é que, atualmente, existe um contraponto de enfoques ideológicos, estratégicos e políticos sobre como lidar com problemas tais como a prevenção da violência, a promoção de políticas públicas relacionadas com a juventude etc.

Na América Latina, viu-se uma grande diversidade de estratégias e modelos de Escolas Abertas. Sem dúvida, a experiência principal e pioneira é a do Brasil. Outro caso é o do México, onde se viu uma coexistência de enfoques entre dois modelos opostos, o da Escola Aberta, chamada de *Escolas Inclusivas*, e o modelo de *Escolas Seguras*. Tal coexistência conta com uma grande quantidade de recursos, mas com maior contribuição para o último modelo.

Assim mesmo, existem várias experiências na América Central. Esse é o caso da Guatemala, onde o Programa contou com enfoques pertinentes, teve grande relevância e abrangência, e contou com a assessoria da UNESCO no Brasil. Foi uma experiência rica, mas que alterou o enfoque e o modelo, muito mais próximos aos das Escolas Seguras, com a mudança de governo.

Em El Salvador, elas são chamadas *Escolas Inclusivas de Tempo Integral*. É um esforço, porque as instituições nunca fecham, mas que apresenta lógicas estritamente educativas. Infelizmente, tem poucos componentes sociais que fazem o estilo das Escolas Abertas em outros países da região. Sem dúvida, é uma experiência que está se consolidando, e existem sinais de que o modelo poderia ser aberto. Este é o desafio: como transcender uma simples lógica de generalizar o tipo de *escolas em tempo integral*, que são experiências curriculares – ou, em alguns casos, extracurriculares –, que seguem uma perspectiva educativa, mas sem envolver outros protagonistas?

Enquanto isso, em Honduras, o governo vai investir recursos em *Escolas Seguras*, não no modelo de Escolas Abertas. Em contextos como esse, onde o tema foi pouco trabalhado e agora o é com maior força, o que prevalece é o modelo vinculado às Escolas Seguras. Isso ocorre no contexto de um importante recrudescimento da violência neste país.

No Cone Sul, existem outras experiências mais limitadas, mas relevantes, como a dos *Pátios Abertos* em Buenos Aires, ou no Uruguai, onde existem planos para ampliar a intervenção nos próximos cinco anos. No Paraguai, a experiência foi retomada, mas com uma visão centrada em aspectos

relacionados à dinâmica da própria escola. Estas são todas experiências limitadas, mas importantes, as quais se espera que sejam expandidas no futuro.

Enquanto isso, na região dos Andes, há iniciativas em construção em meio a confrontos ideológicos importantes sobre os modelos. Na Colômbia, a possibilidade de que o modelo de Escola Aberta se torne uma ferramenta de construção da paz é uma promessa que pode ser concretizada se for inserida nos Acordos de Paz. No Peru, houve o comprometimento de se trabalhar no modelo a partir da atuação da prefeitura de Lima.

Vale destacar o caso do Equador, onde se tem um governo com políticas progressistas, que chegou a avançar em matéria de inclusão social, mas onde também existem posições ambíguas e até mesmo contraditórias. Ultimamente, devido a problemas de disciplina de seus alunos, o Gabinete de Segurança do governo decidiu implementar de forma massiva o modelo de Escolas Seguras. O Gabinete Social se opôs a isso, mas diante da falta de alternativas, a Presidência decidiu implementar esse modelo. Apesar das conversas que ocorreram no final do ano passado, no início deste ano, o Gabinete de Ministros decidiu implementar o modelo de Escolas Seguras.

Apesar dos retrocessos em alguns contextos, existem oportunidades neste panorama que olham para o futuro. O tema *juventude* é prioridade na agenda política de muitos países. As incursões jovens na esfera pública enfrentam processos de mudança. Esse é um indicador de que a suposta apatia dos jovens não é certa e poderia ser mais um descontentamento com a forma de se dirigir a política. Vários governos tentam criar intervenções pertinentes e relevantes em matéria de juventude. Combinado com isso, cada vez mais os organismos de cooperação e os fundos internacionais realizam esforços em relação à juventude; operam intervenções específicas e investem grandes quantias de dinheiro. No entanto, essas iniciativas ainda estão muito “soltas” na forma de serem implementadas, o que lhe retira muito da sua capacidade de influência.

Considerando tudo isso, temos três desafios futuros, para que a situação possa mudar. O *primeiro desafio* consiste em consolidar enfoques demográficos e inclusivos em contextos autoritários e excludentes, mesmo em países com democracias estabelecidas. O *segundo desafio* consiste em mostrar as limitações do modelo de Escolas Seguras em expansão, em comparação com as Escolas Abertas; por exemplo, seu alto investimento: enquanto o modelo de Escolas Abertas custa US\$ 10 mil por ano, as Escolas Seguras custam entre US\$ 50 e 70 mil por ano. Por último, o *terceiro desafio* consiste em promover as Escolas Abertas como o melhor espaço para coordenar esforços e trabalhar articuladamente no campo da política pública de juventude.

Por tudo isso, são necessários mais estudos, além de se socializar e discutir os enfoques em encontros internacionais. É preciso dar um salto nesses aspectos, uma vez que o principal problema é que as Escolas Seguras estão ganhando, e “de goleada”.

II. O Programa Escola Aberta e a sua influência na Educação Integral

André Lázaro

professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO)

Um dos grandes méritos do Programa Escola Aberta é ser um programa de educação não formal. O Brasil tem uma vasta experiência em educação popular. Uma das maiores referências é Paulo Freire, e muito tem sido realizado nesse campo. No entanto, não fomos capazes de articular, da melhor maneira, a educação popular, a não formal e a formal. Portanto, a experiência da Escola merece destaque porque abriu a possibilidade para que a educação não formal fortalecesse a educação formal, e que as duas não entrassem em competição entre si.

A Representação da UNESCO em Santiago produziu pesquisas, como o Segundo Estudo Regional Comparativo e Explicativo (Serce), e mostrou que o sucesso escolar das crianças tem uma intensa correlação com a escolaridade dos pais. Há evidências para afirmar que em muitos países de América Latina, como no Brasil, as famílias escolarizadas obtêm bons resultados escolares com seus filhos, enquanto que, em famílias de baixa escolaridade, nem sempre são alcançados bons resultados.

Nesse sentido, o Escola Aberta ajudou a escola pública a integrar a comunidade, valorizando o processo educacional, o que tem sido um grande aprendizado. Por sua vez, foi possível realizar inovações como os comitês regionais do Escola Aberta, onde representantes das escolas se reuniam e trocavam experiências.

A partir de 2007, começou a iniciativa de educação integral, cujo modelo é o de Anísio Teixeira. Esse modelo enfatiza que a compreensão do contexto em que vivem os jovens é um fator decisivo para a sua aprendizagem. Portanto, as experiências culturais, criativas e esportivas bem orientadas na sala de aula são fatores que ajudam no aprendizado, sobretudo em contextos de muita desigualdade, como no Brasil. A esse respeito, embora o país tenha melhorado em relação à superação da extrema pobreza, a população ainda apresenta uma enorme vulnerabilidade, especialmente quanto aos jovens. Esses jovens estão na escola pública e em territórios que não têm acesso à cultura e a equipamentos esportivos, bem como vivem em lugares violentos, com precariedade de serviços de saúde e educação.

Quando o modelo de Escola Aberta foi articulado com os comitês regionais, criando uma atuação no cotidiano que não estava prevista, começou a ser desenvolvida a educação integral. Por exemplo, no Rio de Janeiro, foram os mesmos gestores do comitê regional – e não a Secretaria do Estado com seu poder burocrático – que se reuniam com os representantes do

Escola Aberta para escutar conferências, realizar coordenações e aprender juntos para melhorar as suas ações.

O Escola Aberta ofereceu alguns elementos para compreender melhor a educação integral. Por um lado, permitiu introduzir o conceito de *território* na educação e ganhou ao traduzir esse conceito na reflexão educacional, porque com isso passou a existir uma maior aproximação com o jovem e com a vida das pessoas. Por outro lado, o Escola Aberta contribuiu para a revalorização dos professores comunitários como mediadores do diálogo entre a escola e a comunidade e, nesse sentido, contribuiu para valorizar o conhecimento da comunidade.

Por último, vale mencionar que existe uma dúvida quanto ao Escola Aberta: se deveríamos dar menor ênfase ao que evitamos e maior ênfase ao que fazemos. Às vezes, a promoção do Escola Aberta é muito defensiva; em vez de ressaltar o que é evitado, deveríamos colocar em primeiro lugar o que fazemos. Isso poderia nos ajudar a sentir com menos força a ameaça da Escola Segura, já que esse modelo não aposta no que o Escola Aberta se propõe de forma afirmativa: o *protagonismo*, a *criatividade*, a *confiança na juventude* e a *inovação*.

É importante que as políticas públicas compreendam melhor que a escola não é apenas um espaço para a avaliação, mas sim um espaço para a formação integral de valores e a convivência.

Marisa Timm Sari

consultora em gestão educacional

Os resultados do Escola Aberta no Rio Grande do Sul, depois de três anos de implementação do Programa, foram muito encorajadores. Os alunos, professores e diretores foram entrevistados, assim como ex-alunos do Escola Aberta. Os resultados foram os seguintes⁵:

- Aumento da oferta de atividades culturais e desportivas por meio da mobilização de estudantes.
- Aumento da participação de estudantes e pais de família em atividades escolares.
- Melhora nas relações entre estudantes e professores.
- Melhora nas relações entre estudantes e professores com os diretores.
- Os professores observaram uma melhora na coordenação geral das escolas.
- Mais estudantes tiveram acesso a equipamentos de informática.
- Alunos e professores observaram que ocorreu redução da discriminação nas escolas.
- Os níveis de violência e atividade das gangues nas escolas foram reduzidos.
- Os estudantes declararam ter maior disposição para ir à escola e maior comprometimento com os estudos.

⁵ Pesquisa da avaliação do Escola Aberta em 2006 no Rio Grande do Sul, Brasil.

Além disso, o Programa Escola Aberta teve influência na implementação das políticas públicas. Em 2004, um acordo foi firmado entre o Ministério da Educação do Brasil (MEC) e a UNESCO, para difundir a implementação do Programa Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude. O acordo estabelecia a execução do Programa em escolas de regiões metropolitanas, em cooperação com estados e municípios, em todas as unidades federativas.

Desse modo, o Programa Escola Aberta foi implementado no Rio Grande do Sul, como produto da expressão de interesse das escolas e, apesar da mudança de autoridades, conseguiu-se que o governo determinasse a implementação do Escola Aberta como política pública estadual (Lei nº 12.865/2007). Do mesmo modo, o Programa foi implementado como projeto-piloto em 50 escolas de tempo integral na Prefeitura de Belo Horizonte, o que foi reconhecido como uma experiência inovadora por seu âmbito e resultados.

Por outro lado, o Programa serviu de inspiração para o programa de educação integral Mais Educação do MEC, em relação aos seus objetivos, temáticas e atividades, assim como pelo trabalho integrado de professores e protagonistas da comunidade.

Por último, devemos reconhecer o avanço que o Escola Aberta trouxe para a gestão educativa. O Programa teve em seus fundamentos a gestão da escola em cooperação com a comunidade que assume a liderança. Assim mesmo, obteve-se a articulação do MEC e dos Ministérios do Esporte (ME), do Trabalho e Emprego (MTE) e da Cultura (MinC); e também a atuação coordenada entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Secretaria de Educação Básica (SEB) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), entre outros. Além disso, a gestão do Programa recebeu um regime de colaboração federativa entre o MEC e as secretarias de Educação de estados e municípios. Estas constituíram os *comitês metropolitanos*, que eram órgãos consultivos e propositivos, e que foram fundamentais na gestão do Programa.

Leandro Fialho

*coordenador-geral de Educação Integral
do Ministério da Educação do Brasil*

Desde meados do século passado até o presente, o conceito de pessoas como “bons civilizados” ou “maus selvagens” não se alterou. Os “maus selvagens” são agora as classes populares. Nesse sentido, no Brasil, temos um conservadorismo muito grande e um preconceito contra as classes populares, o que se traduz em violência nas escolas. O Escola Aberta contribuiu para uma visão diferente no assunto e orientou o seu discurso para as populações com maior vulnerabilidade, ou seja, para quem necessitava das políticas públicas.

Do mesmo modo, foi capaz de mudar a heterodoxia da escola brasileira. Os problemas de violência na escola vêm não apenas da sociedade, mas também de dentro da instituição escolar. O modelo tradicional, que exige ao aluno ser passivo, gera violência por sua oposição aos modelos atuais, nos quais as novas tecnologias e tendências requerem novos modelos

de aprendizagem. O Escola Aberta rompeu com essa heterodoxia, que retornou depois no Mais Educação. Essa contribuição demonstrou que era possível outro tipo de escola e mostrou como transformá-la.

Outra contribuição do Escola Aberta foi a de introduzir um modelo de política social em que era possível dialogar com as pessoas e formar comitês com diferentes protagonistas da comunidade e da escola. A influência dessa concepção de fazer política facilitou a implementação de programas de educação integral.

Atualmente, como parte do Programa Mais Educação, 7,8 mil escolas abrem nos finais de semana, e 60 mil escolas têm educação integral. A maior parte delas é de educação primária, e uma proporção menor é de educação secundária. O desafio está em obter um melhor equilíbrio em relação a isso.

No Brasil, existem 3 milhões de jovens de 15 anos que não concluíram a educação primária. Para incorporar esses jovens ao sistema educacional, é necessário vincular o modelo de Escola Aberta à educação integral.

Finalmente, é necessário melhorar o foco da avaliação educacional atual, segundo o qual o mais importante são os resultados de matemática ou português. Não é avaliado se a criança deixou de ser homofóbica e sexista, se ela passou a respeitar mais os cidadãos ou se ela compreende melhor o mundo depois de receber educação integral. Esse tipo de avaliação não é relatado para a sociedade e, muitas vezes, é ignorado.

Intervenção de Julio Jacobo Waiselfiz

No Censo Escolar, foi perguntado: “Sua escola abre nos finais de semana?”. Como resultado, 156.334.400 escolas afirmaram que abrem nos finais de semana, o que representa 18% do total de escolas no Brasil. Dos 56 milhões de alunos registrados, 14 milhões participam de Escolas Abertas; ou seja, 25% da totalidade de alunos brasileiros declaram estar nas Escolas Abertas.

Sueli de Lima

fundadora da ONG Casa da Arte de Educar

Existem desafios do ponto de vista da prática escolar, como baixos índices de analfabetismo e altos índices de reprovação, abandono escolar e defasagem entre grau e idade dos estudantes. Além disso, apesar de o Brasil ter obtido uma grande cobertura educacional, a grande diversidade da cultura brasileira ainda é alheia à escola: aquela que os alunos expressam, sentem e possuem como experiência de vida não dialoga com a escola.

Diante dessa problemática, o Projeto As Mandalas dos Saberes nasceu em 2006, na Casa de Arte de Educar no Rio de Janeiro, com o objetivo de escutar os protagonistas das escolas e de seus territórios: estudantes, professores, líderes comunitários, famílias e gestores públicos. A metodologia do Projeto busca responder ao conceito tradicional de que o estudante “não sabe nada”, mostrando que, pelo contrário, ele sabe muito. Para explorar esses saberes, foi realizada uma pesquisa com famílias e professores, e foi possível chegar a um desenho de *mandalas* que permitiu retratar o mundo cultural de uma forma não linear.

Com esse desenho, transmitiu-se aos professores que o desafio consistia em perceber a sua experiência no local onde trabalham, seus saberes e práticas onde atuam, a fim de melhorar a sua relação com a escola.

Dessa forma, foi possível continuar investigando sobre os saberes escolares de forma ampliada. É a partir daí que surgem dimensões que fazem parte da educação e que não são tradicionalmente aprendidas na escola.

A experiência de trabalhar com as mandalas é muito aberta. Com a mandala, constrói-se um campo de diálogo com base em uma racionalidade que não é técnica, mas sim artística, e a qual permite que diferentes partes da educação trabalhem juntas de forma livre.

III. Espaço de Debate

Marlova J. Noletto abriu o espaço de debate para escutar as contribuições, com a intenção de responder ao desafio de como encarar a escola como um espaço de aprendizagem mais amplo e fundamentado nos quatro pilares do conhecimento. Ela seria capaz de atrair os estudantes e trazer, efetivamente, felicidade.

Julio Carranza

representante da UNESCO na Guatemala

Na situação de tensão entre os modelos de Escolas Abertas e Escolas Seguras, existe alguma possibilidade de integração de certos componentes de ambos os modelos, ou são propostas antagônicas?

Ernesto Rodríguez

O melhor que poderia ser feito é definir o que fazer para enfrentar essa oposição de modelos. Nos casos mencionados, as Escolas Seguras não solucionam problemas, mas criam outros, que fomentam os conflitos internos, as denúncias entre professores e alunos, a vigilância que causa problemas de convivência. Uma estratégia para enfrentar isso consiste em influenciar as políticas públicas de segurança para a promoção das Escolas Abertas como estratégia educacional, uma vez que agora, neste campo, fala-se apenas de Escolas Seguras. Os principais aliados com quem podemos contar para incorporar o tema ao debate são os profissionais que trabalham no campo das políticas públicas de direitos humanos, porque, em muitos países, eles participam da política pública de segurança. Até agora, o modelo de Escolas Abertas tem sido vinculado às políticas públicas educacionais, e é preciso transcender esse campo de trabalho para outras políticas públicas, como as de segurança, fortalecimento democrático, direitos humanos etc.

Candido A. da C. Gomes

*professor da Universidade de Brasília (UnB)
e da Universidade Católica de Brasília (UCB)*

O maior desafio das políticas públicas para nossos países é o da *sustentabilidade*. As inovações têm um período de auge e declínio.

As pesquisas realizadas como parte desse Programa deixam algumas lições que devem ser ressaltadas como considerações finais. As condições da escola, para poder atuar com outros protagonistas, ainda são frágeis e instáveis. Devem ser criadas condições para que a escola possa contar com sócios estratégicos que a capacitem.

Por outro lado, muitos diretores não compreendem a importância de abrir as escolas. Para eles, a escola já é suficientemente complexa. As políticas públicas necessitam responder a essa situação, assim como para a democratização da escola, que repercute nos indicadores de avaliação sobre os que muitos falam. Por último, é necessário criar condições para desenvolver atividades artísticas dentro da escola e apoiar os movimentos jovens que buscam essa forma de expressão.

Por isso, temos de desenvolver ações para responder a esse desafio, ações que vão mais além da implementação de um programa. Isso leva a uma contradição entre o Estado e o governo. A Escola Aberta não é uma questão de governo, mas sim uma questão de Estado, como os diversos tipos de violência que ocorrem nas escolas. Portanto, deve-se observar esse assunto a partir do ponto de vista do Estado e assegurar sua sustentabilidade, apesar da oscilação dos governos.

Por outro lado, se houver uma política de Estado, existe a necessidade de um compromisso sustentado de financiamento para a implementação de programas como os das Escolas Abertas, embora os seus custos sejam baixos. Outro aspecto é a contradição que existe entre a racionalidade e a emoção na escola secundária e afastamento da escola da cultura local que não faz parte do currículo oficial. Finalmente, devemos valorizar e reconhecer a atividade de *voluntariado* que faz parte de programas educativos, devido aos desafios socioeconômicos nos contextos em que é realizada.

André Lázaro

Em Goiás, perto de Brasília, 18 escolas públicas são dirigidas pela Polícia Militar. Embora os indicadores internacionais mostrem sucessos na universalização da educação primária e na primeira etapa da secundária em vários países da América Latina, ela tem fracassado, no sentido de que as famílias que vivem em territórios violentos apoiam iniciativas como as escolas militarizadas.

Por outro lado, a sociedade pede um tipo de educação que não é oferecido atualmente em termos de condições de trabalho. Existe um paradoxo entre o que a sociedade quer que seja entregue como resultado da educação e as condições que ela oferece. Em outras palavras, ela pede aos educadores um resultado de trabalho que ignora os processos de trabalho.

Igualmente, faltam metodologias que transformem o *saber educativo* em *saber escolar*. O Escola Aberta mostrou que é possível um diálogo entre os saberes comunitário, educacional e escolar.

Julio Carranza

Considerando as diferentes avaliações do Escola Aberta e os comentários dos especialistas, torna-se clara a validade do conceito do programa e seus efeitos positivos, não apenas no Brasil, onde a experiência foi pioneira, mas também em outros países da América Latina onde foi implementado. No caso específico da Guatemala, a execução do Projeto reduziu de forma notável os níveis de violência. Infelizmente, logo o Programa se desnaturalizou por uma mudança de nome, autoridades e estratégia e, como consequência disso, não ocorreram os efeitos esperados na redução da violência.

As características essenciais do Programa permitem que os resultados esperados estejam relacionados com a promoção da participação democrática, o foco da educação esteja além do aprendizado de conhecimentos – mas sim de valores –, e a promoção de uma educação em direitos humanos. Esses fatores deveriam ser o coração das políticas públicas.

O problema da segurança e da violência é cada vez mais grave e mais essencial na agenda da América Latina. Este é um fenômeno que tem uma causalidade complexa. Portanto, o enfrentamento desse problema social supõe não apenas a implementação de Escolas Abertas, mas também de outras estratégias de política pública a partir de um foco integral para o bem-estar. Essa integralidade deveria incluir políticas de segurança bem entendidas, para não se cair em intervenções com câmeras de segurança, polícia nas escolas etc. Defende-se o trabalho em paralelo com todos os

componentes que estão relacionados com a segurança na sociedade: uma polícia educada em direitos humanos que responda melhor às exigências da sociedade e um sistema penitenciário com um foco educativo, entre outros, que são necessários para se pensar na dimensão integral das políticas de segurança.

Nuria Sanz

representante da UNESCO no México

É importante não perder a possibilidade de que o Escola Aberta seja o pretexto necessário para se integrar perspectivas. Não é possível permanecer apenas em uma comunidade pedagógica, tampouco com as possibilidades que oferecem os indicadores de desenvolvimento e cultura. A proposta é que a cultura e o desenvolvimento tenham a possibilidade de continuar trabalhando em conjunto no âmbito do projeto de Escola Aberta.

Temos falado de *comunidade*, de *preservação* e *transmissão de valores*. Juntamente a isso, há um tema que é fundamental no discurso e que é sustentado em contextos como o do México, o da *migração*. Existe uma grande proporção de jovens que não foram formados em um determinado país e que entram na escola em um *limbo cultural* porque, em muitos casos, eles não sabem nem falar o idioma. Esse aspecto é fundamental na contribuição do Escola Aberta para o desenvolvimento.

Uma característica importante da Escola Aberta é ser o espaço para realizar a proliferação da diversidade cultural. Não existem instrumentos nem metodologias para se saber o grau de produção de diversidade cultural nos jovens nesses espaços. É necessário conhecer os novos processos contemporâneos que partem de uma juventude que desenvolve muito rapidamente a diversidade cultural, mas que não sabe analisar no seu contexto, nem em detalhes.

IV. Experiências do Programa Escola Aberta em Guiné-Bissau, México, América Central, Argentina, Uruguai e Paraguai

Jovens Lideranças para a Multiplicação de Boas Práticas Socioeducativas

Brasil, Guiné-Bissau e UNESCO

Alessandra Terra Magagnin, oficial de projetos de Ciências Humanas e Sociais da Representação da UNESCO no Brasil, apresentou a experiência Jovens Lideranças para a Multiplicação de Boas Práticas Socioeducativas, realizada em Guiné-Bissau, no âmbito da cooperação Brasil-UNESCO para a Promoção da Cooperação Sul-Sul.

O Projeto é desenvolvido em Guiné-Bissau, país com uma população de 1.704.000 pessoas de grupos culturais e linguísticos diversos, que

totalizam mais de 20 etnias. O português é o idioma oficial, mas poucas pessoas têm acesso à educação nesse idioma. O *crioulo*, com base no português, é o idioma comum da Guiné-Bissau, junto com outros idiomas nativos.

O Projeto teve uma implementação diferente em todos os países. A escola nasceu e foi construída pela comunidade, e foi a partir daí que se desenvolveu a Escola Aberta no âmbito de uma proposta maior, que envolve a educação formal e a informal.

O Projeto foi iniciado quando uma associação de jovens solicitou ajuda internacional ao Brasil, para minimizar a falta de recursos educacionais

no seu bairro, São Paulo, na cidade de Bissau. Para a transferência de recursos financeiros para a construção da escola, a população do bairro ofereceu em troca a mão de obra e os tijolos de adobe.

Diante dessa proposta, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) mobilizou diversas instituições que aceitaram o desafio de construir a escola com a comunidade. Considerando os desafios educacionais da Guiné-Bissau e a condição de vulnerabilidade da comunidade de São Paulo, a proposta do governo brasileiro, da UNESCO e de outros sócios estratégicos consistiu em desenvolver um projeto para fortalecer a liderança local e, assim, contribuir para o desenvolvimento de São Paulo, por meio da educação formal e não formal, bem como outras atividades educacionais, culturais e desportivas desenvolvidas pelos jovens e pela comunidade.

O Projeto conta com diversos parceiros estratégicos. As instituições brasileiras que participaram da primeira fase do Projeto foram o Instituto Elos, o Ministério da Educação (MEC) e a Fundação Gol de Letra; da segunda fase, participaram a Secretaria de Educação de Vitória, além da ABC, que financia e coordena a iniciativa. Enquanto isso, na Guiné-Bissau, tem a colaboração do Ministério da Educação Nacional e da Associação de Jovens Amizade. Em termos de cooperação internacional, contou com a participação da Representação da UNESCO no Brasil.

A primeira fase do Projeto foi realizada entre 2010 e 2014. Nessa fase, foi possível construir e equipar o Centro Educacional e colocá-lo em funcionamento. Como parte disso, diferentes atividades foram realizadas, como um diagnóstico sociocultural com a comunidade e um concurso para o projeto arquitetônico do Centro, em cooperação com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). Também foram organizados vários grupos de trabalho com voluntários da comunidade para a construção da infraestrutura; foram promovidas técnicas sustentáveis de construção, e o fortalecimento de capacidades da comunidade foi incentivado por meio de cursos técnicos de construção civil, eletricidade, carpintaria e planejamento, assim como *workshops* de paisagismo.

Como resultado, em novembro de 2014, foi inaugurado o Centro Educativo Amizade São Paulo. Na primeira fase, foi possível compartilhar metodologias de educação não formal, como as do Escola Aberta e da Fundação Gol de Letra; tais experiências foram visitadas pelos jovens guineanos no Brasil. Em Guiné-Bissau, foram realizados *workshops* de gestão de projetos e gestão compartilhada, e cursos de português no Centro Cultural do Brasil e Guiné-Bissau; além disso, foram oferecidas bolsas em instituições de ensino para os integrantes da Associação Amizade. Esses *workshops* tiveram como objetivo preparar os jovens para aproveitar a educação não formal, assim como capacitá-los para promover a gestão compartilhada do Centro Educativo entre a sua comunidade e o Ministério da Educação Nacional.

A segunda fase do Projeto está em andamento desde 2015 e vai até 2016. Espera-se que, nesta fase, o Centro Educativo Amizade São Paulo esteja em total funcionamento, com a implementação de atividades inspiradas nas práticas socioeducativas da Fundação Gol de Letra e com a metodologia do Escola Aberta. Também se espera o desenvolvimento de um plano estratégico para a sustentabilidade do Centro Educativo.

No Centro, foram realizadas atividades de educação formal e não formal. No âmbito da educação formal, a responsabilidade recai sobre o Ministério da Educação, que fornece educação básica fundamental (1º ao 3º ano) para crianças de 6 a 14 anos de idade que estiveram fora do sistema educacional. Durante a semana, foram oferecidos *workshops* culturais e esportivos para os alunos.

Por outro lado, no âmbito da educação não formal, os responsáveis são a Associação Amizade, a comunidade de São Paulo, universidades e outras organizações. Em breve, espera-se oferecer, nos finais de semana, atividades que venham de demandas da comunidade, como *workshops* culturais, de esporte e lazer, geração de renda e alfabetização para jovens e adultos.

Vale destacar que a implementação do Projeto incluiu processos participativos em todas as suas etapas. Paralelamente, foram desenvolvidas atividades relativas à construção da escola e destinadas ao fortalecimento das capacidades dos jovens da Associação, para serem corresponsáveis pelo Projeto.

A experiência não está isenta de desafios. É necessário manter a motivação e a preparação dos jovens da Associação Amizade para dar continuidade ao Projeto. Do mesmo modo, é necessário um plano estratégico para a sustentabilidade do Centro Educativo, que garanta o funcionamento da escola, considerando a fragilidade institucional do país, em especial do Ministério da Educação, assim como a condição de extrema pobreza dos moradores do bairro de São Paulo. Além disso, é necessário criar condições para a gestão compartilhada entre o governo, a Associação Amizade e a comunidade.

Experiências da América Central com base no modelo do Escola Aberta

Daniel Coulomb, diretor de Avaliação e Controle do Instituto Mexicano da Juventude, descreveu o surgimento de iniciativas na América Central com base no modelo do Escola Aberta e, especificamente, compartilhou as experiências do Programa Abrindo Escolas para a Igualdade (PAEE) do México.

As iniciativas da América Central que se basearam no modelo do Escola Aberta surgiram de pedidos realizados à UNESCO por parte de ministros da Educação da região, que solicitavam projetos de prevenção da violência juvenil. Em 2005, esses ministros fizeram novas solicitações, e o então diretor-geral da UNESCO, Koichiro Matsuura, estabeleceu o Grupo de Trabalho Intersetorial (ISWG) para a Prevenção Social da Violência Juvenil na América Central.

Como consequência desse grupo de trabalho, em 2006 foram criados em El Salvador, Honduras, Nicarágua, Guatemala e República Dominicana, diversos projetos interdisciplinares que buscavam promover a inclusão social e o desenvolvimento juvenil por meio da educação, da comunicação e da cultura. Essas iniciativas receberam o título de Desenvolvimento Juvenil e Prevenção da Violência.

Cada projeto foi elaborado com um alto nível de exigência, em termos de estratégia e resultados. Inicialmente, realizou-se um diagnóstico em cada país, por meio do qual foi possível separar as causas dos efeitos. A violência é um efeito de múltiplas faces (desafios urbanos, carência de espaços públicos e participação pública, migração, evasão/deficiência escolar etc.), cujas causas são simbólicas, históricas e culturais. Isso pode se alterar de acordo com a realidade de cada país.

Da mesma forma, os protagonistas estratégicos foram identificados, e as boas práticas de políticas públicas e projetos existentes foram registradas. Vale destacar que os representantes dos governos da América Central reconheceram o Programa Escola Aberta como uma boa prática e uma iniciativa a ser seguida.

Nos projetos, foi promovida uma perspectiva humanista, o que envolve favorecer a *prevenção* antes da *repressão*, melhorar a relação custo-benefício, transformar os jovens em protagonistas do desenvolvimento e analisar sistemicamente para que, no fenômeno da violência, não sejam adotadas medidas repressivas como as leis antigangues.

Desse modo, com a cooperação da Representação da UNESCO no Brasil, em Honduras, foram implementados *workshops* de formação; na Nicarágua, visitas de observação; na República Dominicana, *workshops* de formação e a abertura de quatro escolas; e, na Guatemala, projetos com a cooperação adicional do Ministério da Educação do Brasil e a participação de aproximadamente 15 mil jovens.

Enquanto isso, nos países africanos de Burundi, RD Congo, Quênia e Tanzânia, graças à cooperação Sul-Sul, a Representação da UNESCO no Brasil compartilhou as experiências do Escola Aberta, que foram muito bem recebidas. Devido a isso, foi recomendado que, nesses países africanos, os espaços – como escolas e igrejas – fossem abertos, para que os jovens aprendessem e desenvolvessem habilidades para a vida e o trabalho.

Por outro lado, também com base na experiência do Escola Aberta, em 2008, no México, foi iniciada a implementação do Programa Abrindo Escolas para a Igualdade, impulsionada pela Secretaria de Educação Pública (SEP) e pela Organização de Estados Ibero-americanos (OEI). No ano de 2009, o projeto foi implementado em 120 escolas de cinco estados e, em 2011, já estava sendo implementado em 850 escolas de sete estados.

O diagnóstico do Projeto mostrou que nove de cada dez estudantes foram humilhados e insultados nos últimos dez anos; que dois de cada três foram vítimas de violência física; que 82% dos professores e 88% dos diretores desconhecem o termo *bullying* ou a expressão *assédio escolar*; e que um de cada quatro estudantes homens considera que as mulheres são responsáveis pelos atos de violência sexual, entre outros resultados.

O Projeto queria mudar essa realidade, apresentando em suas ações um foco predominante de gênero. As escolas foram abertas em jornadas de sábado, para realizar atividades culturais, esportivas, de formação e de orientação psicológica, atividades nas quais o pessoal da escola, estudantes, pais de família, integrantes da comunidade, instituições especializadas e artistas foram envolvidos. Essas jornadas buscavam

proporcionar um maior protagonismo aos jovens e, da mesma forma, ser um espaço para a reflexão e a prática de formas não violentas de relação interpessoal, no qual exista maior igualdade entre homens e mulheres.

Nessa linha, alguns dos resultados do Projeto mostram que as jornadas de sábado foram muito valorizadas pelos jovens participantes. Eles afirmaram que essas jornadas lhes permitiram aprender sobre os direitos das mulheres (52%), saber o que fazer e aonde ir quando forem vítimas de violência (60%), solucionar conflitos e diferenças por meio do diálogo (60%) e sentir-se melhor em sua escola (62%).⁶ Do mesmo modo, afirmaram que as jornadas haviam auxiliado a reduzir os níveis de violência na escola (68%), a produzir maior respeito com as mulheres (72%) e melhores relações entre professores e estudantes (74%), entre outros aspectos.

Para finalizar, vale destacar a capacidade das organizações como a UNESCO de reunir no mesmo lugar diferentes entidades ou protagonistas que atuam na comunidade, para realizar intervenções relevantes. Do mesmo modo, não se deve perder de vista a perspectiva humanista como princípio estratégico, nem a ênfase dada ao foco metodológico nas diferentes ações que foram empreendidas nos diferentes países.

Pátios Abertos na Argentina

Nora de Lucia, ministra e diretora-geral da Educação da Província de Buenos Aires, Argentina, descreveu o surgimento e o desenvolvimento do Programa Pátios Abertos na mesma cidade. O Programa conta com mais de dez anos de aprendizagem após sua implementação.

O Programa Pátios Abertos é realizado pela Direção-geral de Cultura e Educação (DGCE), organismo responsável pela condução do sistema educacional da Província de Buenos Aires. A província conta com 135 municípios e uma população que corresponde a aproximadamente 40% do total do país. A DGCE apresenta uma cobertura educacional de 91% da população da província, o que representa 39% da população estudantil nacional, com idade entre 3 e 18 anos.

A Direção Provincial da Política Socioeducativa, dentro da DGCE, é responsável pela implementação do Programa Pátios Abertos. Nesse contexto, as políticas socioeducativas constituem de ferramentas para: a) fortalecer a inclusão educativa; b) acompanhar a trajetória educativa; c) tornar a qualidade educativa um direito em espaços extraescolares; e d) incluir a família e a comunidade no espaço escolar. Por isso, as dimensões formal e não formal são articuladas no âmbito educativo.

Ao investir no desenvolvimento do capital humano, as políticas socioeducativas buscam promover os conhecimentos estéticos, expressivos, recreativos e esportivos, que permitem abrir um novo cenário educativo no interior da escola. Isso é realizado em jornadas extracurriculares que possibilitam vínculos diferentes entre adultos, crianças e jovens para exercitar novas formas de utilizar a palavra, decidir e dispor sobre as ações que são desenvolvidas.

A iniciativa dos Pátios Abertos surgiu em 2004, inspirada pela iniciativa do Escola Aberta da UNESCO e impulsionada pela DGCE. É uma entre as

⁶ Informação obtida da Pesquisa Qualitativa e Avaliação de Resultados PAEE 2010, INSAD.

cinco propostas de desenvolvimento de atividades extracurriculares que protegem crianças e jovens.

O nome *Pátios Abertos* surgiu da forma tradicional de a criança convidar amigos para brincar no pátio de sua casa. É um espaço mais afetivo do que pedagógico – essa é a visão que o Programa deseja transmitir para a escola.

Os Pátios Abertos são uma proposta específica de cada escola, que permite oferecer uma nova visão para o interior do estabelecimento. Procura colocar ambos os casos, os Pátios e as Escolas, em diálogo para integrá-los em um único espaço educativo. Cada proposta atende às necessidades educativas e contribui para melhorar as propostas pedagógicas para garantir o direito a uma educação de qualidade e à justiça educativa.

No ano de 2004, 50 escolas com pátios abertos participavam com 1,5 mil crianças e adolescentes. Dez anos depois, em 2015, contam-se com 384 escolas e aproximadamente 20 mil crianças e adolescentes participantes. Nesse curso, o Programa foi desenvolvido com base na identificação da escola com os protagonistas regionais e no acompanhamento da comunidade.

A equipe de trabalho do Programa conta com 44 assistentes técnicos regionais, que são responsáveis pelos Pátios Abertos de 135 distritos da província. Eles são os responsáveis por aconselhar os coordenadores e professores na gestão e na implementação do Programa, apoiar iniciativas da comunidade e colaborar com a articulação institucional. Da mesma forma, 363 coordenadores participam, e cada um deles é responsável por colocar em funcionamento os *workshops* em cada Pátio Aberto e garantir as suas metas educacionais. Enquanto isso, cerca de 1,4 mil professores executam diversos *workshops* que são realizados todos os sábados nas escolas. Por sua vez, foram realizados em torno de 50 encontros interpátios para o compartilhamento de experiências e a aprendizagem em conjunto.

Centros Educativos Abertos no Uruguai

Ernesto Izquierdo, coordenador do Programa Centros Educativos Abertos, do Instituto Nacional da Juventude, apresentou a experiência que se tornou um espaço de referência para os jovens no Uruguai.

O Programa Escola Aberta incentivou o surgimento dos Centros Educativos Abertos, ou Programa +Centro, que vem sendo implementado pelo Instituto Nacional da Juventude do Ministério de Desenvolvimento Social do Uruguai (Medes). A proposta do +Centro faz parte de um dos eixos de ação do Plano Nacional de Juventudes 2011-2015, que foi realizado intersetorialmente.

O projeto do Programa foi iniciado em 2010, com a cooperação dos Ministérios da Saúde e da Justiça, e dos Conselhos Técnico Educacional e de Educação Secundária, com acompanhamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Em 2011, o Programa começou a ser implementado formalmente, com o objetivo de promover a participação dos jovens, por meio do desenvolvimento de atividades socioeducativas nos centros educativos nos finais de semana.

Com isso, procurou-se posicionar esses centros como espaços de referência para o exercício da cidadania, articulando essas ações com os processos educacionais. Inicialmente, era desenvolvido aos sábados mas, ao longo dos anos, foi implementando também para os dias da semana.

O Programa tem três eixos: *participação, educação e comunidade*. Em relação à *participação*, diferentes níveis foram reconhecidos daqui para frente na implementação do Programa: desde os primeiros passos, quando a população é informada e tem papéis participativos unicamente atribuídos, até um nível mais alto, quando as decisões são formuladas pela população e coordenadas com o apoio de outras pessoas. Nesse contexto, os jovens passam a criar e a participar de áreas de intervenção, em intercâmbio contínuo com a equipe técnica.

Um segundo eixo é o *educativo*. Aqui, são encontrados temas como a criação de novas formas de relações de aprendizagem, a promoção de aprendizagens não formais e experiências entre gerações, assim como a abordagem de diferentes temáticas de interesse. Um dos desafios deste eixo consiste na articulação curricular e no desenvolvimento de vínculos entre os professores e os jovens em espaços diferentes da sala de aula.

O último eixo em que se baseia o Programa é a *comunidade*. Aqui, são buscados a integração dos diferentes protagonistas comunitários, o trabalho no âmbito da vizinhança e do bairro, e a articulação interinstitucional. Nesse contexto, um dos desafios do Programa consiste em abrir cada vez mais as portas dos centros educativos, uma vez que estes frequentemente trabalham sem diálogo com a comunidade e apresentam temor quanto à participação ativa dos jovens.

O Programa conta com uma equipe territorial composta por dois educadores e um coordenador por Centro Educativo. O coordenador é professor e, ao mesmo tempo, educador; por outro lado, os dois educadores não necessariamente fazem parte do Centro Educativo. Até o ano passado, participavam do Programa 33 Centros Educativos, que eram localizados em diversos lugares do território, em muitos casos, a uma grande distância das cidades.

Do mesmo modo, existe uma equipe de gestão e seguimento, que se encarrega do acompanhamento, da avaliação e do monitoramento, e das tarefas administrativas e de comunicação. Desde o começo do Programa, foram estabelecidos os mecanismos de monitoramento e, no ano passado, surgiu a iniciativa em que os mesmos jovens avaliariam as atividades. Essa foi uma experiência muito importante e que trouxe um grande aprendizado para o Programa.

Conta-se também com uma equipe que presta apoio pedagógico, que coloca em prática o acompanhamento e a reflexão sobre os objetivos do Programa. Esse componente é fundamental para transmitir às autoridades dos Centros que o espaço escolar apresenta grandes oportunidades de formação socioemocional.

Até agora ocorreram muitos avanços. Entre eles, pode-se mencionar a *anualização* do Programa (de março a janeiro do outro ano), a participação ativa dos jovens como formuladores de dinâmicas, a incidência dos jovens em instituições, o fortalecimento dos conselhos com a participação de

pais de família, a produção de aprendizagens significativas que foram capazes de integrar jovens em diferentes espaços, o vínculo de jovens que não faziam parte dos Centros Educativos, assim como o equilíbrio de propostas recreativas, esportivas, culturais etc.

No entanto, os desafios ainda permanecem no que diz respeito ao fortalecimento do Programa e ao alcance, em algum momento, de sua universalização para todo o país. Para isso, é necessário melhorar os procedimentos administrativos, dar maior visibilidade às ações, conquistar uma maior abertura do Centro Educativo ao redor, diversificar os conteúdos e as propostas que foram implementadas atualmente, aprofundar a articulação comunitária e continuar promovendo a participação entre gerações.

Aravy'a e o Serviço de Apoio Comunitário no Paraguai

Margarita Orué de Villalba, diretora-geral de Educação Artística do Ministério da Educação e Cultura do Paraguai, descreveu as experiências do Projeto Aravy'a e do Serviço de Apoio Comunitário, as quais se basearam no modelo de Escola Aberta para o seu projeto e implementação.

O Projeto Aravy'a nasceu em 2014 e vem sendo implementado pelo Ministério da Educação e Cultura, com o apoio da Secretaria Nacional de Cultura, da Secretaria Nacional de Esportes e do Ministério do Trabalho, e com a cooperação da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI).

Com o objetivo de abrir espaços na comunidade para oferecer oportunidades de acesso a bens e serviços culturais, o Projeto busca promover a criação de espaços artísticos, recreativos, esportivos e culturais na época do verão, com foco na comunidade. É implementado em uma escola para cada um dos 51 distritos que participam dos departamentos de San Pedro, Concepción, Canindeyú e parte do Alto Paraná.

O Projeto surgiu da percepção de que, uma vez finalizado o ano acadêmico, a educação em suas diversas formas deve continuar durante o período de férias. Normalmente, nessa época, crianças, jovens e adultos buscam atividades alternativas orientadas para a recreação e, com frequência, essa oferta é limitada e envolve custos econômicos.

Desse modo, surgiu a proposta de se construir espaços educativos abertos para a comunidade, espaços integradores e que seguem o princípio de que a educação é um processo que dura toda a vida. O Projeto foi desenvolvido com base em dois eixos de intervenção. O primeiro é o *desenvolvimento de atividades artísticas e culturais em suas diversas manifestações* (artes plásticas, dança, teatro, música, turnê de artistas e cinema). O segundo se enquadra na *formação contínua de adultos*, que é realizada por meio de *workshops* de cabeleireiro, corte e costura, artesanato, eletricidade, cerâmica, encanamento e cozinha.

As diferentes atividades artísticas buscam desenvolver a criatividade e a imaginação das crianças – por exemplo, por meio da pintura –, assim como a sua expressão – por meio do teatro ou da dança. Outras atividades promovem a participação de jovens e adultos em debates de filmes paraguaios falados em guarani, e em *workshops* de cozinha, cerâmica, energia e encanamento. Do mesmo modo, graças ao apoio da Secretaria Nacional de Cultura, foi realizada uma turnê itinerante com elencos de dança e teatro, os quais foram muito bem recebidos.

O Projeto conseguiu fazer com que mais crianças se sentissem motivadas a permanecer na escola por um período além do ano letivo, para que vissem a sua escola como um lugar onde elas não apenas estudam, mas também brincam e aprendem, por meio de jogos, arte e cultura. Além disso, foi possível fazer com que os centros educativos continuassem com as atividades de verão, de acordo com o interesse da comunidade. Observou-se um maior número de matrículas nas escolas e um melhor estado de ânimo das crianças durante o horário escolar.

Até o momento, foram beneficiados em torno de 10 mil crianças e jovens, e 4,2 mil adultos, juntamente com os integrantes das comunidades que participaram das atividades promovidas pela Secretaria Nacional de Cultura.

Por outro lado, nos Serviços de Apoio Comunitário, foram propostos a contenção e a terapia psicológica por meio da arte, para crianças e jovens. Isso permite que eles tenham a oportunidade de potencializar suas habilidades e destrezas, para ajudá-los a superar situações de vulnerabilidade e risco, assim como que tenham acesso a espaços de aprendizagem diferentes. Com isso, a importância de se educar por meio da arte é ratificada, para que se alcance uma formação integral.

V. Espaço de Debate

Julio Carranza

As diversas apresentações mostraram a importância das experiências que tiveram como base o modelo do Escola Aberta e reafirmaram a oportunidade de esta se tornar uma política pública de longo prazo.

No entanto, na região, as incertezas da política fazem com que os programas se alterem. Nesse sentido, a UNESCO tem a responsabilidade

de fornecer garantias de continuidade para esses tipos de experiências que revelaram ser bem-sucedidas.

Por outro lado, a avaliação das intervenções deve levar em conta o contexto em que elas são desenvolvidas, já que são muito diferentes as prioridades políticas na região. Não é o mesmo que se avaliar o impacto de um programa em um contexto de política, no qual há uma distribuição de renda regressiva e uma distribuição progressiva. Por exemplo, na Argentina, a experiência apresentada faz parte de uma política caracterizada por um gasto social importante. Em outros lugares, como na Guatemala, os

programas como os do Escola Aberta compensam um gasto social que não é forte. Ainda na Guatemala, a porcentagem de gastos em educação é de 3%, enquanto que na Argentina é de 6,57%. É nesse contexto que é administrado o sucesso da experiência de Pátios Abertos.

Saadia Sanchez Vega

diretora da UNESCO em Quito

Enquanto o Equador e a Colômbia não implementaram programas com base na experiência do Escola Aberta, é importante comentar a iniciativa da Secretaria de Educação de Bogotá, que está promovendo uma iniciativa de expansão da jornada estudantil e chamou a UNESCO para elaborar a avaliação. A expansão da jornada tem incorporado à estrutura curricular atividades de arte, teatro, artes marciais etc., o que faz parte de uma iniciativa para a cidadania e a convivência, considerando o contexto de violência da Colômbia.

Por outro lado, no Equador, decidiu-se não implementar programas específicos, mas sim dar integridade para a política pública, por meio da transversalidade dos eixos de igualdade. Por sua vez, neste país foram incorporados elementos de segurança em matéria de gestão de riscos, uma vez que o Equador é muito vulnerável aos desastres naturais.

Nesse sentido, algumas perguntas seriam: quais são os elementos diferenciadores, em termos da implementação dos programas? O fato de ocorrer aos sábados e domingos é um componente diferenciador?

Parece que um componente qualitativamente central é a incorporação comunitária e a extensão para os bairros. Houve outros elementos nas avaliações realizadas? Quais avaliações foram realizadas e qual método foi utilizado?

Marcela Musa Costa Bravo

gerente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

De 2003 a 2006, no estado de São Paulo, foi realizada a iniciativa Escola da Família, que teve foco na prevenção da violência. O Escola Aberta é uma prática que materializa princípios muito significativos (epistemológicos, ontológicos, axiológicos) e que estão contemplados em uma totalidade.

Diversos pesquisadores realizaram uma grande quantidade de pesquisas sobre o Escola da Família. Esse esforço deveria ser sistematizado pelo Programa Escola Aberta.

Isso traz à colação uma pesquisa realizada em 13 territórios, nos quais funcionam centros que ajudam pessoas com maior vulnerabilidade. Nesses lugares, foram entrevistados alunos, pais de família, professores e gerentes. Os alunos manifestaram o desejo de uma escola viva, que tenha arte, e onde possam ter uma participação mais ativa. Os pais manifestaram querer segurança na escola. O diálogo entre pais e alunos foi incentivado para harmonizar essas leituras diferentes. Uma das perspectivas que permite a integralidade dessas abordagens é a *cultura*, que é um dos princípios que o Escola Aberta defende.

As diversas experiências apresentadas não estão divididas, mas confirmam uma *totalidade*, e isso é o que traz o Programa Escola Aberta. A totalidade se traduz no que foi observado nas pessoas, independentemente do seu país de origem. Existe uma unidade fundamentada em princípios: a escuta sensível e a percepção do outro que antes não era percebida, tendo em vista a sua inclusão.

Magaly Robalino

representante da UNESCO no Peru

As experiências apresentadas são muito interessantes, sobretudo porque partem do mandato da UNESCO e se traduzem em apoiar os países no fortalecimento de políticas e na utilização destas na escola.

Em muitos contextos, acredita-se que a UNESCO trabalha apenas no âmbito de políticas e nas esferas mais altas. Esse tipo de experiência mostra a capacidade que a UNESCO tem de trabalhar sobre essas políticas em aliança com outros protagonistas e de fazer com que as mudanças sejam possíveis.

Um segundo elemento a se destacar, por sua relevância, é a *identificação dos princípios da UNESCO, em termos de qualidade da educação, nesse tipo de experiências*. Este é um tema central sobre a forma como as experiências contribuem para o debate. Na década de 1990, acreditava-se que a qualidade da educação correspondia à conquista educativa em matemática ou linguagem. Em razão disso, a UNESCO levantou um debate para colocar a abordagem de direitos no centro desse conceito. Essa abordagem sugere que uma educação de qualidade é aquela pertinente, relevante, igualitária, eficiente e eficaz. As experiências apresentadas entram nesse campo. São experiências que têm unidade, mas que contam com uma grande diversidade. Essa *diversidade* é a que a UNESCO denomina como *relevância*: pensar na educação considerando os estudantes, as famílias e as comunidades de cada escola e de cada território. Nesse sentido, o Programa Escola Aberta realiza uma grande contribuição para fortalecer a abordagem teórica e epistemológica que a UNESCO utiliza no campo dos direitos.

Outro elemento importante das experiências, e que pode ser uma proposta para o Ministério da Educação do Peru no âmbito da política que vem sendo desenvolvida, é a ênfase na *alegria* como parte da aprendizagem. Isso é relevante, considerando que os modelos instrumentais de qualidade da educação colocam pressão sobre a obrigação do aprendizado, quando deveriam ser transformados na oportunidade de crescer e, ao mesmo tempo, aprender em conjunto, entre estudantes, professores e famílias. Este é um campo interessante para se trabalhar, e o desafio consiste em não colocar a alegria como um elemento tangencial ou aleatório, mas sim no centro do processo educativo e de aprendizagem.

Algumas perguntas a se fazer seriam estas: qual foi a experiência do Brasil para transformar essas experiências inovadoras em políticas públicas? Talvez, um dos riscos que esses tipos de programas apresentam é que, apesar de motivadores, eles são frágeis na mudança de gestão dos governos e nas respectivas mudanças de prioridades. Nesse sentido, como conseguir que as experiências se transformem em uma política e, por conseguinte, tenham sustentabilidade?

Por outro lado, como é possível que a escola não seja vista como algo que vai dar respostas para todos os problemas? Além dessas experiências que contribuem para a vida dos estudantes e de suas famílias, existem problemas estruturais que nem a escola, nem a educação, podem resolver. Existe o risco de não se dar visibilidade aos problemas estruturais e se pensar que a solução para a pobreza, para o desemprego ou para a violência se encontra unicamente na escola ou no tipo de intervenções apresentadas.

Outras perguntas seriam: como esses temas devem ser colocados, de modo que a responsabilidade do Estado possa garantir a qualidade de vida e o bem-estar, e não fique invisível, sem mostrar a relevância para garantir direitos? E qual é a valorização do conjunto do sistema educacional quanto a esse tipo de experiência?

Finalmente, há uma oportunidade de aliança entre a academia e as políticas públicas para produzir pesquisas e conhecimento. O que acontece nas escolas poderia ser assunto e produto de investigação científica, em que a geração de conhecimento alimenta a transformação e todo o processo social de exercício dos direitos.

Marlova J. Noletto

Uma das intenções do Seminário de Boas Práticas consistiu em incentivar os colegas da UNESCO, especialistas de diferentes países, a ter o desejo de mergulhar nas experiências do Programa.

Este conta com uma série de três livros chamados “Saber e fazer”, que constituem uma amostra do fato que o Programa foi muito bem projetado e se apoia em um referencial metodológico claro e preciso, que tem quatro polos: um é o polo *epistemológico*, que corresponde à produção de conhecimento; outro é o *teórico*, que são todas as referências conceituais da UNESCO; outro ainda é o *axiológico*, que tem uma intencionalidade ética intrínseca para a ação; e, por último, há o polo *morfológica*, que está relacionado com a metodologia do Programa.

Depois de 15 anos de existência do Programa, sua força na região pode ser reconhecida. Isso não apenas no Brasil, mas em seus vizinhos próximos da América Latina, como Paraguai, Uruguai, Argentina, assim como na América Central e em outros lugares.

Em muitos países, existem importantes problemas estruturais. No entanto, isso faz parte de uma rede de proteção integral. Se a educação for compreendida pela abordagem de direitos e pelos princípios da UNESCO, deve-se levar em conta que a escola não é uma ilha. A escola é, sim, parte importante de uma política de proteção integral, que se faz transversalmente com outras políticas. Por isso, *desde o início, a transversalidade do Programa tem sido um dos aspectos mais importantes para garantir seus resultados.*

Nesse sentido, é importante salientar que o Programa Escola Aberta não nasceu na área de Educação da UNESCO, mas sim na área de Ciências Humanas e Sociais. Isso não ocorreu por casualidade, mas sim por uma intencionalidade ética.

No entanto, desde o começo, as ações foram articuladas com a Secretaria de Educação e, posteriormente, com o Ministério da Educação do Brasil. Esses órgãos compreenderam que uma política pública de educação pode surgir e se fortalecer a partir dos direitos humanos, os quais devem ser garantias para crianças e jovens.

Do mesmo modo, o Programa nasceu das avaliações realizadas. Isso é motivo de orgulho porque, seguindo a declaração de Julio Jacobo, durante o Programa, a teoria e a prática sempre dialogaram. Durante o curso do Programa, foram realizadas várias avaliações com uma perspectiva tanto qualitativa como quantitativa. Por exemplo, com a Universidade de Brasília (UnB), foi realizada uma avaliação a partir de ambas as perspectivas, em âmbito nacional. É importante recordar que o Brasil tem 26 estados, 203 milhões de habitantes e uma rede escolar muito grande, com 52 milhões de alunos. Por isso, as avaliações foram realizadas por estados, regiões e capitais; em seguida, foi realizada a avaliação nacional que foi mencionada.

Vale destacar que devemos trabalhar sempre com uma perspectiva *latu sensu* da educação. Isso implica analisar a educação por meio do processo pedagógico, desde as suas diversas modalidades (formal, não formal e de comunidades de aprendizagem), assim como por meio da concepção de *educação ao longo da vida*.

A Representação da UNESCO no Brasil, em conjunto com seus parceiros, foi capaz de realizar um Programa que foi aplicado na prática, que trabalhou com as comunidades e que mergulhou no país. Ou seja, um Programa que seguiu a construção de uma linha de intervenção fisiológica “de baixo para cima”. Foi essa força que fez com que o Programa fosse convertido em política pública e alcançasse a sua sustentabilidade.

Candido Gomes

O Escola Aberta é um bom exercício de educação compartilhada. Existem singularidades em cada contexto social onde o Programa foi desenvolvido, e é notável o esforço das experiências pela institucionalização de seus projetos em políticas públicas. No entanto, o tema fundamental é que a escola, em si mesma, não é capaz de dar saltos. *Revolução e educação* não são conceitos muito compatíveis. Portanto, uma ideia consiste em compartilhar as experiências sobre os processos organizacionais, para que a inovação não sofra uma queda e uma burocratização, como muitas vezes acontece.

Ernesto Rodríguez

Ernesto Rodríguez começou comentando que sempre foi um defensor e um promotor sistemático do Programa Escola Aberta. Indicou que, há alguns anos, a Organização Pan-americana da Juventude publicou um livro que se chama “Vinte boas práticas no campo da política pública de juventude na América Latina”. Ele disse ter insistido para que o Programa Escola Aberta fosse uma das 20 primeiras experiências na publicação, e assim foi feito.

A partir dessa posição, Rodríguez propôs não destacar o que é bem-feito, mas sim o que deve melhorar no futuro. Por exemplo, o investimento de recursos para a implementação desse tipo de programa é muito importante, e existem contrastes na América Latina sobre o assunto.

Por outro lado, vale destacar o contraponto que existe entre as Escolas Seguras e as Escolas Abertas, no caso do México. Em 2010, o orçamento atribuído para as Escolas Seguras era de US\$ 1,2 milhão. Era um programa que beneficiava 10 milhões de estudantes, e do qual participavam quase 4 mil professores. Diferentemente disso, o Programa Escola Aberta alcançou, durante toda a sua implementação, um investimento que não superou os US\$ 10 milhões. Os dois investimentos foram realizados pela Secretaria de Educação Pública. Portanto, há um problema sério quando, por um lado, pode-se trabalhar com diversos focos o tipo de experiências apresentadas, mas, por outro lado, os governos tomam decisões que significam uma diferença substancial na atribuição do orçamento para suas atividades.

Ao mesmo tempo, é necessário realizar uma nova avaliação do Programa Escola Aberta, uma vez que já se passaram quase sete anos desde a realização das últimas avaliações sistemáticas. Então, é provável que a institucionalização do Programa esteja delimitando o seu componente de inovação, como produto do aumento da burocratização. No entanto, apenas uma avaliação poderia dizer se isso ocorre ou não dessa forma.

Um dos aspectos no qual é importante se concentrar, em termos analíticos, é o fato de que há Escolas Abertas de diversos tipos, as que têm relação com realidades específicas e as que apresentam objetivos diferentes. Uma grande quantidade das Escolas Abertas que existem na América Latina se concentram no que poderia ser chamado de “entretenimento”. No entanto, a razão de ser das Escolas Abertas é o fato de que elas podem ir muito mais além dessa característica, e que trabalham articulando componentes de comunicação ou de cultura, por exemplo.

Uma proposta seria aproximar as culturas escolares e de jovens dos espaços abertos nas escolas. Esses dois tipos de cultura são complexos e frequentemente se enfrentam nas salas de aula; por isso, há muito trabalho a ser realizado nesse sentido. Outra proposta consiste em continuar articulando esforços, mas sem incluir nas intervenções, por exemplo, aspectos de saúde adolescente ou participação cívica dos jovens.

A UNESCO tem um trabalho relevante para produzir evidências, com avaliações sistemáticas e sérias, sobre as diferenças de atribuição de recursos dos governos para esse tipo de atividade, assim como a diversidade de abordagens em que elas se baseiam. Nesse sentido, a função da UNESCO é fundamental para produzir evidências sistemáticas e comparadas, de forma a contribuir para a manutenção do Programa na agenda pública dos países.

Nuria Sanz

Existem três ideias a se destacar. A primeira é que há uma dúvida com relação às campanhas e às estratégias de comunicação. No Escola Aberta,

a cultura não é o lúdico e o recreativo. A cultura continua sendo como em qualquer espaço da vida, aquela que permite a tomada de decisões conscientes. Há uma grande dúvida para assegurar que a cultura seja uma fortaleza em si mesma – isto é, sustentada por si mesma –, e que seja um quadro das práticas que permitem a convivência em paz.

Todas as experiências expostas deveriam contar com sistematizações e avaliações, porque elas são úteis para a implementação de todas as convenções culturais da UNESCO. São práticas evidentes para o Fundo das Expressões Culturais da Convenção de 2005. Nessas práticas, são realizados exercícios culturais em lugares onde existem sítios do Patrimônio Mundial. Essas comunidades de exercício cultural são necessárias como parte da Convenção do Patrimônio Intangível, porque é necessário saber o número de jovens entre 14 e 18 anos que estão reproduzindo práticas culturais com algum nível de mudança.

Outro aspecto para se levar conta é que crescer organicamente e expandir essa experiência extraordinária são ações que podem ser realizadas em lugares que não são tão abertos. Um exemplo disso são os tutores de menores no México, para o caso da prevenção da violência na escola. Nesses lugares tradicionalmente fechados, eram necessários espaços abertos. É importante levar essa experiência para lugares que possam promover, por meio da cultura, espaços de convivência e vida pública.

Por último, [espera-se que a Declaração do Fórum Mundial de Educação, realizado na Coreia, destaque o Programa Escola Aberta](#). Da mesma forma, a educação para a cidadania e para o desenvolvimento sustentável deveria ser incluída na Agenda de Desenvolvimento da Educação. [É importante vincular a experiência do Escola Aberta com a Declaração de Nagoya de 2014, bem como combinar esforços para que essa experiência de grande importância na América Latina continue crescendo além da região](#).

Ernesto Izquierdo

Há uma necessidade compartilhada de se continuar avançando em termos de avaliação das experiências. No campo metodológico, permanece o interesse de seguir se aprofundando em cada proposta e observar as abordagens. Para fazer isso, poderiam ser aproveitadas as redes comunicacionais para o intercâmbio de experiências que complementam os encontros presenciais.

Como foi mencionado, é importante realizar a revisão da prática de Escolas Abertas. No pouco tempo em que o Programa +Centro está em vigor, já existem reformulações nas estratégias que são necessárias para se repensar. Por exemplo, segundo o Instituto Nacional da Juventude (INJU), é necessário localizar o sujeito – que é o jovem –, já que muitas vezes a institucionalidade coloca o foco no aluno, sendo o jovem o sujeito de direito e o protagonista de seu espaço e tempo.

Esse intercâmbio pode ser um ponto de partida para se pensar em ações conjuntas no futuro, bem como convocar os protagonistas para experiências interessantes que existem em vários lugares.

Julio Jacobo Waiselfisz

É uma grande satisfação que o Programa complete 15 anos, em um contexto de incertezas políticas no qual os projetos em geral duram apenas três meses.

Existem aspectos que precisam ser melhorados para se continuar. Um deles é continuar com as avaliações sistemáticas. Uma vez que cada programa tem uma estratégia diferente e se desenvolve em cidades específicas, deveria haver uma sistematização e uma avaliação que permitissem descrever e comparar as experiências, bem como conhecer os seus impactos.

Por outro lado, atualmente, o mundo se encontra em uma Era Digital, e as informações sobre o Programa se tornam analógicas em livros e relatórios. As crianças e os jovens estão trabalhando em redes, as quais ainda são acessadas. O Programa deve incluir as mudanças da realidade que acontecem neste momento, entre elas, não trabalhar com redes analógicas, mas como os jovens trabalham na atualidade.

Um terceiro ponto consiste em enfatizar o princípio do *direito à vida*. Para defender esse direito, o Programa Escola Aberta se articula com os outros direitos que a criança e o jovem têm para viver em sua realidade. É um projeto educacional e cultural, entre outros aspectos, mas é sobretudo, um projeto que se concentra em defender a vida.

Cecilia Barbieri

especialista em educação do Escritório Regional de Santiago do Chile

Em breve, será realizado o Fórum Mundial de Educação 2015, o qual vai fortalecer a posição dos países em torno dos objetivos da educação que serão incluídos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dois temas importantes que serão colocados em debate no Fórum Mundial são a *cidadania global* e a *prevenção da violência na escola*. No último relatório de Educação para Todos, foi incluída uma reportagem especial sobre a violência que ocorre nas escolas de vários países do mundo. No entanto, observou-se que faltam pesquisas sobre as causas da violência, assim como estratégias para se lidar com ela.

A UNESCO tem como prioridade promover a cidadania global e, a esse respeito, em cada região será organizada uma plataforma virtual para abordar o tema, com o objetivo de trocar ideais e experiências realizadas nos países. Na América Latina, a plataforma será aberta em setembro ou outubro. A proposta seria incluir nesse fórum a experiência do Escola Aberta, uma vez que ela tem muito a contribuir para o debate e para a elaboração da agenda de trabalho de cada país sobre a temática da cidadania global.

Para concluir o Seminário Internacional, Marlova J. Noleto, em nome da Representação da UNESCO no Brasil, agradeceu os participantes por suas contribuições, e a equipe de trabalho pela organização do evento.